



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

ANA PAULA DE CARVALHO PAULINO

**PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE: implementação da Lei de
Acesso à Informação em uma Prefeitura de um município do
Nordeste Goiano**

Brasília – DF

2019

Ana Paula de Carvalho Paulino

**PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE: implementação da Lei de Acesso à Informação em
uma Prefeitura de um município do Nordeste Goiano**

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à
obtenção do certificado de especialista (*lato
sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor Orientador: Esp. Tales Ramos
Monteiro dos Santos

Brasília – DF

2019

Ana Paula de Carvalho Paulino

**PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE: implementação da Lei de Acesso à Informação em
uma Prefeitura de um município do Nordeste Goiano**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília da aluna

Ana Paula de Carvalho Paulino

Esp. Tales Ramos Monteiro dos Santos
Professor-Orientador

Doutora, Fátima de Souza Freire,
Professor-Examinador

Mestre, Meire Cunha
Professor-Examinador

Brasília, 27 de abril de 2019

RESUMO

O estudo proposto partiu do pressuposto de que a Administração Pública deve ser transparente e que os cidadãos devem ter acesso às informações que partem das ações públicas dos governantes, neste sentido chegou-se a um problema de pesquisa acerca da implementação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) em um município integrante do Nordeste Goiano (Alto Paraíso de Goiás), visando identificar de que maneira o município cumpre a referida Lei e que ferramentas utilizam para dispor as informações ao público. A pesquisa é classificada como exploratória, em forma de estudo de caso, e descritiva, de abordagem qualitativa. Além da pesquisa descritiva, foi feito também uma busca no sitio oficial do município através da aplicação de um Roteiro de Avaliação baseado no Formulário de Avaliação do TCM/GO e EBT Avaliação 360°. A análise dos resultados apontou que apesar do município ser eficiente quanto ao quesito transparência pública e divulgação de informações, ele ainda apresenta aspectos que devem ser melhorados e adequados a Lei.

Palavras-chave: Transparência; Gestão Pública Municipal; Acesso à Informação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Transparência Ativa x Passiva.....	4
Figura 2 – 10 Medidas Contra Corrupção.	7

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado da avaliação do portal eletrônico do Município.....	14
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critério de avaliação:	13
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LAI – Lei de Acesso à Informação

CGU – Controladoria-Geral da União

MPF – Ministério Público Federal

CF/88 – Constituição Federal de 1988

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Contextualização	1
1.2	Formulação do problema	2
1.3	Objetivo Geral.....	2
1.4	Objetivos Específicos.....	2
1.5	Justificativa.....	3
2	REVISÃO TEÓRICA.....	4
2.1	Princípio da Publicidade.....	4
2.1.1	Corrupção	5
2.2	Acesso à Informação Pública	7
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	10
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	10
3.2	Caracterização da organização, setor ou área <i>lócus</i> do estudo	10
3.3	Participantes da pesquisa	11
3.4	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa	11
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	12
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	17
	REFERÊNCIA	19
	APÊNDICES.....	21
	ANEXOS.....	22

1 INTRODUÇÃO

Em sua promulgação em 1988, a Constituição Federal no Capítulo VII Art. 37 diz que toda esfera da administração pública direta e indireta deve obedecer a cinco princípios, a saber: legalidade, onde deve-se cumprir o que dita a lei e o seu não cumprimento se torna crime; impessoalidade, sendo obrigação da esfera pública direta e indireta ser imparcial ao defender os interesses da coletividade; moralidade, visto que a administração pública cumpre a lei, também deve agir prezando a boa-fé e uma conduta correta; eficiência, que visa obter o melhor resultado das ações públicas utilizando-se do meio de forma mais precisa; e, publicidade, de forma simplificada é garantir transparência dos atos públicos.

Visto que esta pesquisa tem como foco o Princípio da Publicidade, sabendo que tal princípio se converge com os demais, será apresentado sua importância, como se dá sua aplicação em âmbito nacional, estadual e municipal, focando principalmente em um município localizado no Estado de Goiás, os benefícios com a instituição das ferramentas de acesso à informação e por fim ver como a população participa no exercício da tomada de decisão dos entes públicos.

1.1 Contextualização

A Administração Pública é regida por cinco princípios, onde é descrito na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, que a mesma deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988). O princípio da publicidade vem de encontro com o direito do cidadão ao acesso a informação, onde a Administração Pública deve primar pela transparência de suas ações. Devido a este princípio na gestão pública, que é entendido como a manifestação de informações e dados de interesse da população, pode-se dizer que a população é estimulada a acompanhar a atuação do Governo.

Sancionada em 11 de novembro de 2011, a Lei nº 12.527 que dispõe sobre o acesso a informação prevista no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

A referida lei concede autonomia aos cidadãos através do requerimento de informações, de forma que os mesmos possam participar e fiscalizar a forma como o Governo está atuando, onde e como estão sendo aplicados os recursos transferidos, avaliar as políticas públicas desenvolvidas etc. O respeito entre o administrador e seus entes, chamados de cidadãos, deve ser mútuo, visando a transparência dos atos do Governo, primando e atuando de forma moral e ética.

1.2 Formulação do problema

Partindo do pressuposto de que a Administração Pública deve ser transparente e que é fundamental que os cidadãos façam o acompanhamento das ações públicas, pergunta-se: como se dá a execução da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso a Informação na administração pública em um município do Nordeste Goiano?

1.3 Objetivo Geral

Analisar a gestão da transparência pública através da execução da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação na administração de um município do Nordeste Goiano, através da Prefeitura Municipal.

1.4 Objetivos Específicos

Com a finalidade de atingir o objetivo geral, tem-se como objetivos específicos:

- Identificar como se dá o cumprimento da Lei 12.527/2011;
- Verificar a implementação de ferramentas de acesso a informação no órgão público municipal.

1.5 Justificativa

Ao ser sancionada em 2011, a LAI – Lei de Acesso à Informação fortalece a participação dos cidadãos e então cria-se um sistema democrático-participativo. Segundo “Salles (2010, p. 14), o acompanhamento por parte de todos é fundamental, afinal aquelas pessoas somente estão ocupando cargos na prefeitura porque o mandatário que as nomeou foi sufragado pelos eleitores”.

Tendo em vista que a “administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988), pressupõe-se que há a consolidação da Lei 12.527/2011 por parte de toda esfera pública. Dessa forma, esta pesquisa visa averiguar se há o cumprimento e como se dá o funcionamento desta Lei no município de Alto Paraíso de Goiás, mostrando a importância da participação popular para assim construir uma democracia participativa.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Princípio da Publicidade

No Dicionário Aurélio (2018, s.p.), princípio e publicidade podem ser definidos como “o que fundamenta ou pode ser usado para embasar algo” e “ação de tornar algo ou alguém conhecido publicamente”.

O Princípio da Publicidade é sinalizado no Art. 37 da Constituição Federal de 1988 como um princípio fundamental onde a Administração Pública direta ou indireta se embasa. Este princípio norteia a Administração Pública, uma vez que toda ação e atos administrativos do Estado devam ser amplamente divulgadas, exceto nos casos em que a lei determine sigilo.

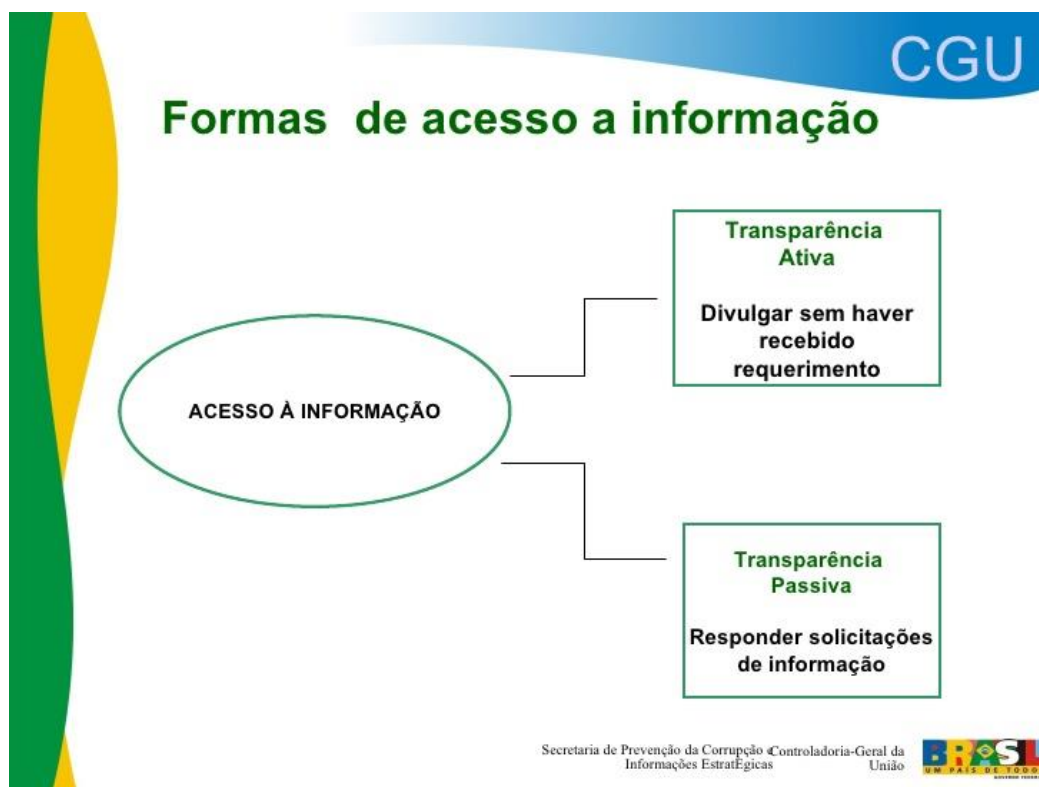
Partindo do sentido de que os atos administrativos devam ser transparentes, tem-se como desdobramento do Princípio da Publicidade o Princípio da Transparência Pública.

Segundo Martins Júnior (*apud* PIRES, 2013).

Transparência não consiste apenas na informação à sociedade do que a Administração Pública executa, planeja ou realiza, mas também na explicação da sua atuação e avaliação do grau de influência da própria sociedade no processo de tomada de decisão. (p.2)

Há dois tipos de transparência, sendo: informações de transparência ativa, são aquelas que vem de iniciativa do próprio governo, são disponibilizadas através das seções de acesso à informação nos sítios das instituições públicas e portais transparência; já a segunda, informações de transparência passiva são aquelas que são disponibilizadas em respostas as demandas dos cidadãos, através de ferramentas como o SIC e o e-SIC.

Figura 1 – Transparência Ativa x Passiva



Fonte: CGU (2011)

2.1.1 Corrupção

A corrupção faz-se sentir em todos os níveis sociais, principalmente naquela parcela da população que tem pouco acesso à informação. As ações advindas da corrupção na Administração Pública reverberam explicitamente na sociedade, como por exemplo o desvio de uma verba para manutenção de algum serviço público essencial causará um dano aqueles que utilizam de tal serviço, basicamente os cidadãos serão lesados e aquele que se comete o ato de corrupção será o beneficiário.

Silva (1992, p. 2) diz que a “corrupção faz parte de um universo extenso de atos colusivos, sendo, ela própria, uma modalidade de conluio, ao lado de outras modalidades de igual natureza, que, particularmente no Brasil, podem ser exemplificadas com a “conciliação” e “jeitinho”.

Partindo do entendimento da palavra corrupção, percebe-se que em todas as formas há a violação dos princípios basilares da Administração Pública. Segundo Batista (2000, p. 6) a natureza humana possui tendência/inclinação para ser corrupto, que por sua vez é acionado pelo

egoísmo e ambição, ou seja, pode-se dizer que desde os primeiros tempos a corrupção existe no mundo, é algo que está enraizado, vai além da corrupção política e de atos administrativos.

Haja vista que nos países em que o Estado é estruturado com elevados conceitos éticos e poder de polícia sempre vigilante, a corrupção é mínima e o espírito de cidadania desses povos é mais voltado para o bem comum e para o saber. Por conseguinte, com a devida vênua a Jean-Jacques Rousseau, a sociedade ou o Estado, quando bons, não corrompem o homem, ao contrário: o engrandece. (BATISTA, 2000, p. 7).

Neher (2017, s.p.) afirma que a corrupção no Brasil se origina na época imperial e que em solo brasileiro esse fenômeno pode encontrar formas de se enraizar, difundir e sobreviver como cultura, “dizia-se que era preferível ser roubado por um pirata em alto-mar do que aportar no Brasil. A elite colonial é a mesma que está hoje no poder, com a mesma mentalidade, de estar numa terra em que pode enriquecer sem qualquer escrúpulo.” (ROMEIRO *apud* AYER, 2017).

Com o passar do tempo, diversas ferramentas foram criadas para reduzir o índice de corrupção no país, sendo uma delas o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). Este órgão age de maneira a instaurar atividades e meios que defendam tudo que seja de interesse e bem coletivo, de maneira a se ter transparência na gestão. O MPF – Ministério Público Federal instaurou dez medidas (Figura 2) contra a corrupção, sendo que uma das medidas está inteiramente ligada a questão da transparência.

Figura 2 – 10 Medidas Contra Corrupção



Fonte: Ministério Público Federal (2018)

2.2 Acesso à Informação Pública

A Constituição Federativa do Brasil de 1988 – CF/88, Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I, em seu Artigo 5º, inciso XXXIII prevê que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988).

Com o direito adquirido de acesso à informação, a Constituição de 1988 trouxe avanços no que diz respeito a transparência dos atos administrativos do Governo. É um marco regulatório possuir o direito de ter conhecimento e acesso à informação,

O acesso à informação é regulamentado pela Lei nº 12.527, aprovada em 18 de novembro de 2011, entrando em vigor dia 16 de maio de 2012. A Lei de Acesso à Informação – LAI, como é conhecida, tem em seu teor as maneiras como as informações podem ser levadas aos cidadãos, bem como instituições públicas ou privadas, informações de transparência, sejam elas passivas e/ou ativas. A Lei nº 12.527/2011 define informações como dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, registrados em qualquer suporte ou formato.

Segundo Silva (2017, p. 2) a LAI tem como características:

- a) a abrangência, já que se aplica aos três poderes, nas instâncias federal, estadual e municipal; b) gratuidade, pois não serão cobradas do cidadão taxas para a pesquisa das informações; c) a divisão entre transparência ativa e passiva.

A CGU – Controladoria-Geral da União disponibiliza uma cartilha intitulada Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, nela consta informações cruciais para o entendimento desta lei e de sua aplicação.

O cidadão consegue solicitar e ter acesso à informação através do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. O tempo de resposta das solicitações variam conforme a disponibilidade da informação, sendo entregue na mesma hora ou em até vinte dias, podendo ser prorrogado por mais dez dias contendo justificativa.

Com o advento da internet, se obter informações se tornou algo fácil e rápido, dessa forma foi criado o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, conhecido como e-SIC. Tal ferramenta, no site oficial, permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal.

Órgãos e entidades do Poder Executivo Federal são obrigados a disponibilizar em seus sites as seguintes informações:

- a) estrutura organizacional e competências dos órgãos, além dos endereços e telefones de suas unidades e horários de atendimento ao público; b) programas, projetos, ações, obras e atividades, indicando a unidade responsável, principais metas e resultados e indicadores (se existirem); c) repasses ou transferências de recursos financeiros; d) execução orçamentária e financeira detalhada; e) procedimentos licitatórios, com os contratos celebrados e notas de empenho emitidas; f) remuneração recebida por servidores e empregados públicos de maneira individualizada; g) respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; h) contato da autoridade de monitoramento da LAI na instituição e informações sobre o Serviço de Informações ao Cidadão; i) informações classificadas e desclassificadas, nos termos do art. 45, I e II do Decreto 7.724/2012. (BRASIL, 2018).

Com a criação da Lei em prol ao acesso à informação, espera-se uma procura maior por parte da população em participar da forma como o Governo está atuando. Segundo Airoidi (2015 *apud* MENDONÇA DE SOUZA, 2016), “a Lei de Acesso à Informação foi um marco legal quanto a este processo de busca por maior transparência e participação social”, dessa forma entende-se que a partir do momento que se idealiza uma cultura em que a população participa ativamente das decisões governamentais, tem-se uma democracia participativa.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

Para a classificação da pesquisa, tomou-se como base um dos critérios propostos por Vergara (2005), quantos aos fins. A pesquisa realizada neste trabalho será classificada como exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa. Exploratória, porque verifica-se a inexistência de estudos que abordem a implementação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública de um município componente do nordeste goiano. “Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso” (GIL, 2008). Descritiva, pois visa descrever os processos utilizados no órgão público municipal para implementação da LAI.

Outro critério proposto por Vergara (2005), quanto aos meios, visa informar os meios de investigação que serão utilizados na pesquisa. Quanto aos meios de investigação a serem utilizados neste trabalho, serão os meios de pesquisa bibliográfica. Bibliográfica, porque para a fundamentação teórica do trabalho serão realizadas pesquisas em acervo próprio impresso e em bases de dados online.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área *locus* do estudo

A pesquisa será realizada no município de Alto Paraíso de Goiás, que segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), possui aproximadamente uma população de 7.558 pessoas.

Após a realização da pesquisa bibliográfica, tem-se como objeto de estudo o principal órgão público municipal, onde será verificado, através de informações disponibilizadas no site oficial, como se dá o cumprimento da Lei 12.257/2012 e se o órgão possui setor ou área específica para tratar as informações solicitadas através do SIC ou e-SIC.

O Centro do Poder Público Municipal está situado no município de Alto Paraíso de Goiás, localizado na Praça Centro Administrativo Divaldo Willian Rinco – APM 01, Centro.

3.3 Participantes da pesquisa

A Lei 12.527/2011 – LAI, dispõe sobre todos “os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público” (BRASIL, 2011). A Lei se aplica, também:

As autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (BRASIL, 2011).

O órgão submetido a esta pesquisa integra a Administração Direta do governo do estado e do município de Alto Paraíso de Goiás – GO. Contudo, excluem-se desta pesquisa os órgãos que são controlados direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

O instrumento utilizado para pesquisa foi um roteiro de avaliação (Apêndice A), elaborado com base nos Parâmetros de Monitoramento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (Anexo A) e EBT Avaliação 360° (Anexo B), a saber:

- Parâmetros de Monitoramento do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – é um roteiro de avaliação elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Goiás, com base em artigos e incisos dispostos na Lei 12.527/2011.
- EBT Avaliação 360 ° - Escala Brasil Transparente 360° “é uma ferramenta de monitoramento da transparência pública em estados e municípios brasileiros.” (BRASIL, 2019).

O instrumento de avaliação utilizado, consistiu em coletar informações que visassem atender o objetivo desta pesquisa. Assim sendo, o instrumento de avaliação conta com dez (10) perguntas, todas criadas com base em artigos e incisos dispostos na Lei Federal 12.527/2011.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A coleta dos dados foi feita pela autora deste trabalho, sendo realizada no período entre de 28 de fevereiro e 10 de março de 2019. O instrumento de avaliação consta no Apêndice A, sendo que foi elaborado com base em dois outros roteiros e teve-se com referência para os itens a Lei 12.527/2011.

Na execução do roteiro de avaliação, os dados foram coletadas na página eletrônica do município de Alto Paraíso de Goiás¹, compreendendo em informações referente ao cumprimento e implementação da Lei de Acesso à Informação - LAI, no órgão público da administração direta no município de Alto Paraíso de Goiás.

Por fim, para análise dos dados, o critério de avaliação consistirá em pontuar cada item proposto no instrumento de avaliação, da seguinte forma: dois (2) pontos caso o item avaliado seja considerado atendido; um (1) ponto caso avaliação seja atendida de forma parcial; e, zero (0) ponto quando o item avaliado não for atendido.

¹ Página eletrônica oficial do município de Alto Paraíso de Goiás: www.altoparaisodegoias.go.gov.br

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo tem-se os resultados e análises das informações coletadas no portal eletrônico do município de Alto Paraíso de Goiás que atingem os objetivos propostos neste trabalho.

O levantamento foi feito no portal eletrônico do município fundamenta-se nos quesitos apresentados pelos Parâmetros de Monitoramento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e pela Escala Brasil Transparência – Avaliação 360° em concordância a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Os resultados apresentados serão descritos e analisados a partir da coleta das informações disponibilizadas no site oficial do Poder Executivo do município em questão, visando identificar se há o atendimento ou não dos itens propostos no Roteiro de Avaliação (Apêndice A), e por fim verificar como se dá cumprimento da Lei de Acesso à Informação município.

A análise foi realizada mediante um Roteiro de Avaliação (Apêndice A) formulado pela autora com base nos Parâmetros de Monitoramento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás e pela Escala Brasil Transparência – Avaliação 360°, levando-se em conta informações artigos 5, 8 e 9.

O critério de avaliação proposto consiste em:

CRITÉRIO	RESPOSTA	PONTO ATRIBUÍDO
Atende a todos quesitos propostos	SIM	2
Não atende a todos os quesitos proposto	PARCIAL	1
Não atende a nenhum quesito proposto	NÃO	0

Quadro 1 – Critério de avaliação

Fonte: Elaborado pela autora

Dessa forma os resultados da pesquisa estão apresentados na Tabela 1. Cabe ressaltar que a pontuação máxima a ser obtida seria de 20 pontos totais, em porcentagem seria 100%, no caso do município estudo, obteve-se um resultado de 15 pontos totais, o que corresponde em 75%. O percentual obtido mostra-se satisfatório, dado que os requisitos da avaliação foram atingidos quase que de forma integral positiva, deixando apenas a desejar em pontos específicos que são apresentados conforme análise da Tabela 1.

Tabela 1 – Resultado da avaliação do portal eletrônico do Município

Item	Resultado
1. A extensão do site do Poder Executivo cumpre com a exigência aos órgãos governamentais feita pelo CGI – Comitê Gestor da Internet? (município.uf.gov.br)	2
2. O órgão público possui site oficial? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 2º)	2
3. Possui ferramentas para acesso a informação? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 5º)	2
4. Há disponibilização sobre a estrutura organizacional? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 1º, I)	1
5. Divulga informações financeiras (repasses, transferências de recursos e despesas)? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 1º, II e III)	2
6. Disponibiliza informações sobre processos licitatórios? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 1º, IV)	2
7. Apresenta informações a respeito de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 1º, V)	0
8. Possui FAQ (perguntas e respostas mais frequentes)? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 1º, VI)	2
9. O site oficial atende aos requisitos constantes na Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 3º)?	1
10. O órgão público possui Serviço de Informação ao Cidadão? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 9º, I)	1
TOTAL	15

Fonte: Elaborado pela autora

Em uma análise da Tabela 1, dos quesitos avaliados, o município atendeu em totalidade à seis itens, parcial foram oito e apenas um item não foi atendido. Esse resultado pode ser visualizado no Gráfico 1, para melhor compreensão.

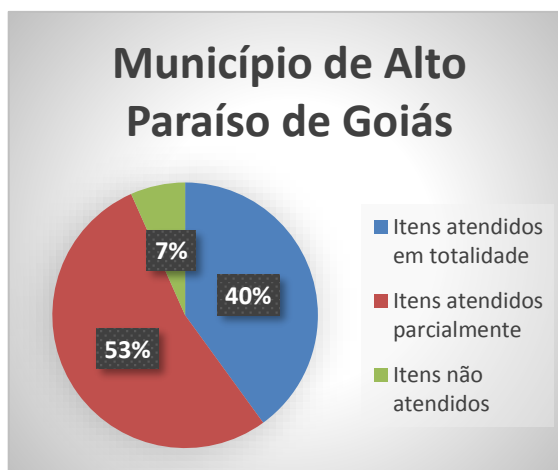


Gráfico 1 – Resultados itens avaliados

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro item do Roteiro de Avaliação analisa se o portal eletrônico do município atende ao requisito de nomenclatura (municipio.uf.gov.br) do site oficial do governo local ² que é disposto pelo Comitê de Gestor de Internet. Foi constatado que o item atingiu em totalidade a este quesito.

Com base no disposto no artigo 5º da Lei de Acesso à Informação, onde prevê que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (BRASIL, 2011) foi analisado o item três do Roteiro de Avaliação. Neste item o município atendeu o que está disposto no artigo 5º, devido a disponibilizar o acesso à informação através de um portal eletrônico, contudo as informações disponibilizadas não estão em linguagem de fácil compreensão.

Em relação ao artigo 8º, parágrafos 1º, 2º, 3º, foram analisados os itens dois, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove. Partindo do parágrafo 1º foram analisados os itens:

- Quatro - sobre a disponibilização da informação da estrutura organizacional, onde o município atingiu parcialmente este quesito, devido dispor apenas de cargos gestores na estrutura organizacional do órgão. Apresenta informações de endereço, telefones e horário de atendimentos;
- Cinco – divulgação de informações financeiras, onde foi atendido o quesito. É possível encontrar no site as informações pertinentes de entrada e transferências de recursos, e registro das despesas do município.

² Site do governo local conforme a nomenclatura exigida pela CGI: www.altoparaisodegoias.go.gov.br

- Seis – divulgação dos processos licitatórios, quesito atendido. É disponibilizado uma aba específica para divulgação dos processos licitatórios, editais, resultados e contratos. Neste quesito o município atende de forma satisfatória, apresentando informações claras e de fácil acesso.
- Sete – apresentação de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades, foi constatado que não foi atendido este quesito. Não foi encontrado informações pertinentes ao acompanhamento de programas, ações, projetos e obras no portal eletrônico.
- Oito – divulgação de perguntas e respostas mais frequentes da sociedade, quesito atendido. No site é disponibilizado uma aba específica FAQ, com perguntas e resposta mais frequentes.
- Dois – disponibilização das informações através de sitio oficial da rede mundial de computadores (internet), quesito atendido. O órgão possui site oficial.
- Nove – este item atingiu parcialmente os requisitos. O site contém ferramenta de pesquisa, as informações são autenticas e integras, e estão em constante atualização. Há indicação clara do local onde os interessados possam se comunicar tanto eletronicamente quanto fisicamente, porém não se tem instruções. As informações disponibilizadas só podem ser salvas em um formato de arquivo, no caso formato pdf. Não se divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação e não possui medidas que garantam acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

Em relação ao artigo 9º, item 10, foi analisado se o órgão público possui Serviço de Informação ao Cidadão e foi constatado que o órgão possui um serviço similar ao SIC. O setor é chamado de Protocolo, funciona diretamente com atendimento ao público, abrindo requerimentos de informação, solicitações, etc. Os servidores responsáveis por este setor se mostram pouco orientados quanto ao funcionamento de um SIC, muitas vezes deixando a desejar apenas no quesito de orientar o público quanto ao acesso à informação.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O Princípio da Publicidade é um princípio que gera e apresenta informações dos atos dos governantes na Administração Pública, derivada deste surge a Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação que foi sancionada em novembro de 2011, sem alterações em relação ao que foi proposto pela Câmara de Deputados.

Dado que o Brasil é um país democrático, de eleições livres e que possui diversos deveres e garantias em sua Constituição, mas em realidade as práticas constitucionais nem sempre condizem com a legalidade. Diante do exposto, o acesso à informação marca uma importante conquista feita pela sociedade, dando a oportunidade dos cidadãos acompanharem as ações e atos da governança pública.

Frente ao discorrido, o tema apresentado por este trabalho, teve como objetivo analisar a gestão da transparência pública através da execução da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação na administração de um município do Nordeste Goiano, através da Prefeitura Municipal. Tal objetivo permitiu identificar como se dá o cumprimento da Lei 12.527/2011 em um órgão público do Poder Executivo de um município componente do Nordeste Goiano e verificar a implementação de ferramentas de acesso à informação no órgão público municipal. Tais objetivos puderam ser atingidos através da aplicação de um Roteiro de Avaliação.

Com a aplicação do Roteiro de Avaliação no sitio oficial do município e a análise obtida dos resultados, foi possível constatar que o órgão público do Poder Executivo componente da Administração Direta atingiu plenamente alguns dos quesitos avaliados e outros atingiu parcialmente, sendo em um total de 20 pontos obteve-se 15 pontos, em porcentagem obteve-se 75% de 100%.

O problema central deste trabalho partia do pressuposto de que a Administração Pública deve ser transparente e que é fundamental que os cidadãos façam o acompanhamento das ações públicas, através da pesquisa realizada e do estudo bibliográfico, foi possível constatar que a Administração Pública segue o princípio da Publicidade e que a partir da sanção da Lei de Acesso à Informação os atos públicos passaram de fato a serem públicos e assim a população teve a possibilidade de acompanhar tais atos.

Dito isto, percebe-se que a Administração Pública é transparente, contudo, ainda encontra formas de burlar o princípio da Publicidade, mostrando em determinadas vezes que seus atos podem ser colusivos, de forma a prejudicar a sociedade e o funcionamento da mesma. O fato dos cidadãos passarem a ter acesso à informação modifica um pouco o cenário, dando

certa autonomia para poder acompanhar e cobrar das governantes ações que de fato façam o bem social acontecer.

Conforme disposto no Acórdão Nº 06514/2018 -Técnico Administrativa Extraordinária, do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás, no período de 17 de maio de 2018 à 19 de junho de 2018, foi possível constatar que o município apresentava alguns déficits em relação a aplicação da Lei de Acesso à Informação, obtendo uma pontuação de 81 de 100. Contudo, com a aplicação do Roteiro de Avaliação, foi possível constatar que houve adequação de diversos aspectos em relação a LAI, mas ainda há déficits, sendo um deles a forma como o site dispõe as informações, o layout da página oficial não facilita a busca, as informações disponibilizadas não são de fácil compreensão, não há elementos visuais para auxiliar no entendimento, etc.

A finalização deste estudo permitiu constatar que o município possui práticas que implementam a Lei 12.527/2011 de forma eficiente, deixando apenas a desejar no aspecto de disponibilizar as informações em linguagem de fácil compreensão, aspecto este de fácil resolução/adequação. Permitiu, também, constatar a importância da Transparência Pública e do acesso à informação, pois assim possibilita o aperfeiçoamento da democracia, tornando-a uma democracia participativa, onde os cidadãos passam a estar mais ativos nas deliberações das ações de temáticas sociais.

REFERÊNCIA

BRASIL. **Aspectos Gerais da Lei**. Disponível em:

<<http://www.acaoainformacao.gov.br/perguntas-frequentes/aspectos-gerais-da-lei#1>>.

Acesso em: 22 nov. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BAGINSKI, Cibele Bumbel; MANGELI NETO, João. **Linhas gerais sobre o princípio da legalidade administrativa**. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30398/linhas-gerais-sobre-o-principio-da-legalidade-administrativa>>. Acesso em: 20 nov. 2018

BATISTA, Antenor. **Corrupção no Brasil: Repensando a ética**. Disponível em:

<<http://www.letraseletras.com.br/home/pdf/corruptao.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Brasil. **Avaliação 360º**. 2017. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/pdf/0fa149ae-63b9-4306-9a1d-44dfa4c4f58b.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

BRASIL. Constituição (2011). Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.. **Lei Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011**.. Brasil, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm>. Acesso em: 01 nov. 2018.

COELHO, Ricardo Corrêa O público e o privado na gestão pública. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.

Disponível em: <<http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/apresentacao/conheca-as-medidas>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/principio/>>. Acesso em: 21 nov. 2018

Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/publicidade/>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 5. ed.- São Paulo: Atlas, 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Alto Paraíso de Goiás, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/alto-paraíso-de-goias/panorama>>. Acesso em: 07 de mar. De 2019.

MARTINS, Humberto. **LEI DA TRANSPARÊNCIA E SUA APLICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: VALORES, DIREITO E TECNOLOGIA EM EVOLUÇÃO**. Disponível em:

<http://www.stj.jus.br/internet_docs/ministros/Discursos/0001182/LEI%20DA%20TRANSP>

AR% C3% 8ANCIA% 20E% 20SUA% 20APLICA% C3% 87% C3% 83O% 20NA% 20ADMINIS
TRA% C3% 87% C3% 83O% 20P% C3% 9ABLICA% 20VALORES,% 20DIREITO% 20E% 20T
ECNOLOGIA% 20EM% 20EVOLU% C3% 87% C3% 83O.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

NEHER, Clarissa. **Análise histórica mostra que corrupção no Brasil persiste desde o período colonial**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/analise-historica-mostra-que-corrupcao-no-brasil-persiste-desde-o-periodo-colonial.ghtml>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

PIRES, Atrícia Menezes. **Transparência da Gestão Pública Municipal: Um estudo dos municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo/RS**. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/138/Pires_Atricia_Menezes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 nov. 2018.

RIBEIRO, Ana Paula. **‘Falta de punição fez corrupção crescer’, afirma Barroso**. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/falta-de-punicao-fez-corrupcao-crescer-afirma-barroso-19830470>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SILVA, Guilherme Aguiar. **A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: Uma análise entre transparência passiva e comunicação pública no Poder Judiciário**. 2017. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/19672/1/2017_GuilhermeAguiarSilva_Artigo.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SILVA, Maurício. **Corrupção: Tentativa de uma definição funcional**. 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8381/7155>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. - 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS (Estado). Acórdão nº 06514, de 2018. Homologação do Relatório de Diagnóstico Nº 01/2018 e seus anexos, referentes à Lei Nº 12.527/2011 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO) pelos Poderes Executivos dos Municípios Goianos. Determinação. **Acórdão Nº 06514/2018 -técnico Administrativa Extraordinária**. Goiânia, GO, 21 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.tcm.go.gov.br/site/2018/12/o-relatorio-identifica-a-situacao-das-246-prefeituras-goiana-8943-dos-municipios-foram-considerados-adimplentes-e-26-1057-inadimplentes/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Avaliação feito com base no Formulário de Avaliação do TCM/GO e EBT Avaliação 360º

Item
1. A extensão do site do Poder Executivo cumpre com a exigência aos órgãos governamentais feita pelo CGI – Comitê Gestor da Internet? (município.uf.gov.br)
2. O órgão público possui site oficial? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 2º)
3. Possui ferramentas para acesso a informação? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 5º)
4. Há disponibilização sobre a estrutura organizacional? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 1º, I)
5. Divulga informações financeiras (repasse, transferências de recursos e despesas)? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 1º, II e III)
6. Disponibiliza informações sobre processos licitatórios? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 1º, IV)
7. Apresenta informações a respeito de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 1º, V)
8. Possui FAQ (perguntas e respostas mais frequentes)? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 1º, VI)
9. O site oficial atende aos requisitos constantes na Lei Federal nº 12.257/2011; art. 8º, § 3º)?
10. O órgão público possui Serviço de Informação ao Cidadão? (Lei Federal nº 12.257/2011; art. 9º, I)

ANEXOS

Anexo A – Parâmetros de Monitoramento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás



SECRETARIAS DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fis.

ANEXO I – PARÂMETROS DE MONITORAMENTO

I – TRANSPARÊNCIA ATIVA

1 – O ente possui informações sobre transparência na internet (Art. 48, II, da LC 101/00; Art. 8º, § 2º, da Lei 12.527/11)?

2 – O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação (Art. 8º, § 3º, da Lei 12.527/11. Para municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparência.)?

RECEITA

3 – Há informações sobre a receita nos últimos 6 (seis) meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado (Art. 48-A, II, da LC 101/00; Art. 7º, II, do Decreto 7.185/10) – Não havendo algum dos referidos atributos, considerar com não atendimento?

DESPESA

4 – As despesas apresentam dados dos últimos 6 (seis) meses contendo (Art. 7º, I, alíneas "a" e "d", do Decreto 7.185/10):

- 4.1 – Valor do empenho
- 4.2 – Valor da liquidação
- 4.3 – Valor do pagamento
- 4.4 – Favorecido

LICITAÇÕES E CONTRATOS

5 – O site apresenta dados nos últimos 6 (seis) meses contendo (Art. 8º, § 1º, IV, da Lei 12.527/11):

- 5.1 – Íntegra dos editais de licitação
- 5.2 – Resultado dos editais de licitação (vencedor é suficiente)
- 5.3 – Contratos na íntegra

6 – O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 (seis) meses (Art. 8º, § 1º, IV, da Lei 12.527/11 e art. 7º, I, alínea "e", do Decreto 7.185/10 – Se tiver edital na íntegra, atribuir nota máxima a todos os subitens dessa questão):

- 6.1 – Modalidade



SECRETARIAS DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fis.

- 6.2 – Data
- 6.3 – Valor
- 6.4 – Número/ano do edital
- 6.5 – Objeto

RELATÓRIOS

- 7 – O site apresenta (Art. 48, caput, da LC 101/00; Art. 30, III, da Lei 12.527/11):
 - 7.1 – As prestações de contas (relatório de gestão) do ano anterior;
 - 7.2 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 (seis) meses;
 - 7.3 – Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 (seis) meses;
 - 7.4 – Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes;
- 8 – O site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações (Art. 8º, § 3º, II, da Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparência)?

II – TRANSPARÊNCIA PASSIVA/LAI

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC

- 9 – Possibilidade de entrega de um pedido de acesso de forma presencial (Art. 8º, §1º, I, c/c art. 9º, I, da Lei 12.527/11);
 - 9.1 – Existe indicação precisa no site de funcionamento de um serviço de informações ao cidadão (SIC) físico?
 - 9.2 – Há indicação do órgão?
 - 9.3 – Há indicação de endereço?
 - 9.4 – Há indicação de telefone?
 - 9.5 – Há indicação dos horários de funcionamento?

SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC

- 10 – Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC) (Art. 10, §2º, da Lei 12.527/11).



SECRETARIAS DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fls.

11 – Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação (Art. 9º, I, alínea “b” e art. 10, §2º, da Lei 12.527/11).

12 – A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioria. (Art. 10, § 1º, da Lei 12.527/11)

DIVULGAÇÃO DA ESTRUTURA E FORMA DE CONTATO

13 – No site está disponibilizado o registro das competências e estrutura organizacional do ente?

14 – O portal disponibiliza endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público (Art. 8º, § 1º, I, da Lei 12.527/11 - Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparência)?

III – BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA

15 – Há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público (Esse item é considerado como uma boa prática de transparência a exemplo do art. 7º, § 2º, VI, do Decreto 7.724/12 e Decisão STF RE com Agravo ARE 652777)?

16 – Há divulgação de diárias e passagens por nome de favorecido e constando data, destino, cargo e motivo da viagem (Esse item é considerado como uma boa prática de transparência)?

Anexo B – EBT Avaliação 360°

EBT - Avaliação 360°

Questionário Aplicado	Nota máxima	Valor do item	Peso da questão na nota total do questionário
TRANSPARÊNCIA ATIVA	50,0	-	-
1. O ente federado possui sítio oficial localizado na internet?		0	0,00%
Foi localizado e pode ser acessado			
Foi localizado e está fora do ar ou em manutenção			
Não foi localizado			
1a. Informe o link do sítio oficial:	0,0	0	0,00%
2.O ente federado divulga informações orçamentárias e financeiras consolidadas em um portal de transparência?	0,0	0	0,00%
Foi localizado e pode ser acessado			
Foi localizado e está fora do ar ou em manutenção			
Não foi localizado			
2a. Informe o link do portal de transparência	0,0	0	0,00%
3. O ente federado disponibiliza informações sobre a sua estrutura organizacional?	1,5		1,50%
Sim		1,5	
Não localizado		0	
4. O ente federado disponibiliza informações sobre as suas unidades administrativas?	0,0		0,00%
Sim		0	
Não localizado		0	
4a. Indique as informações sobre as unidades administrativas que o ente federado disponibiliza:	2,1		2,10%
Endereço		0,7	
Telefone		0,7	
Horário de atendimento ao público		0,7	
5. O ente federado disponibiliza informações sobre Receitas?	0,0		0,00%
Sim		0	
Não localizado		0	
5a. Indique as informações localizadas sobre Receitas:	4,0		4,00%
Valor previsto		1	
Valor arrecadado		1,5	
Classificação das receitas em, no mínimo, categoria e/ou origem		1,5	
6. O ente federado disponibiliza informações sobre Despesas?	0,0		0,00%
Sim		0	
Não localizado		0	
6a. Indique as informações localizadas sobre Empenhos:	4,0		4,00%
Número do Empenho		0,8	
Valor do Empenho		0,8	
Data do Empenho		0,8	
Favorecido do Empenho		0,8	
Descrição/Objeto do Empenho		0,8	

6b. Indique as informações localizadas sobre Pagamento:	4,0		4,00%
Valor do Pagamento		1	
Data do Pagamento		1	
Favorecido do Pagamento		1	
Empenho de referência		1	
6c. O ente federado possibilita a consulta de empenhos ou de pagamentos por favorecido?	3,0		3,00%
Sim		3	
Não localizado		0	
6d. O ente federado permite gerar relatório de empenhos ou de pagamentos em formato aberto?	1,0		1,00%
Sim		1	
Não localizado		0	
7. O ente federado disponibiliza mecanismo ou ferramenta eletrônica de consulta de informações sobre Licitações?	0,0		0,00%
Sim		0	
Não localizado		0	
7a. Indique as informações localizadas sobre Licitações:	3,0		3,00%
Número/Ano do Edital		0,75	
Modalidade de licitação		0,75	
Objeto da licitação		0,75	
Situação/Status da licitação		0,75	
7b. O ente federado disponibiliza o conteúdo integral dos editais de licitação?	3,0		3,00%
Sim		3	
Não localizado		0	
7c. O ente federado disponibiliza consulta para acesso aos resultados das licitações ocorridas?	3,0		3,00%
Sim		3	
Não localizado		0	
8. O ente federado disponibiliza possibilidade de consulta de informações sobre Contratos?	0,0		0,00%
Sim		0	
Não localizado		0	
8a. Indique as informações localizadas sobre Contratos:	4,5		4,50%
Objeto		0,8	
Valor		0,8	
Favorecido		0,8	
Número/Ano do contrato		0,8	
Vigência		0,8	
Licitação de origem		0,5	
8b. O ente federado disponibiliza o conteúdo integral dos contratos?	0,3		0,30%
Sim		0,3	
Não localizado		0	
8c. O ente federado permite gerar relatório da consulta de licitações ou da consulta de contratos em formato aberto?	1,0		1,00%
Sim		1	
Não localizado		0	

ederado possibilita a consulta para o acompanhamento de Obras Públicas?	0,0		0,00%
		0	
ado		0	
e as informações localizadas sobre Obras Públicas:	2,6		2,60%
		0,4	
		0,4	
ontratada		0,4	
cio		0,4	
sta para o término ou prazo de execução		0,4	
já pago ou percentual de execução financeira		0,3	
tual da obra		0,3	
ederado disponibiliza possibilidade de consulta de informações sobre Servidores	0,0		0,00%
		0	
ado		0	
as informações localizadas sobre Servidores Públicos	4,0		4,00%
		1	
ção		1	
ção		2	
público disponibiliza possibilidade de consulta de informações sobre despesas	0,0		0,00%
s?			
ar existência de informações nos seis meses anteriores ao início da avaliação.			
		0	
ado		0	
e as informações localizadas sobre despesas com Diárias:	4		4,00%
eneficiário		0,8	
ebidos		0,8	
viagem		0,8	
viagem		0,8	
viagem		0,8	
ederado divulga seu normativo de acesso à informação em local de fácil acesso?	2,5		2,50%
		2,5	
ido		0	
e o link que permite o acesso ao normativo da LAI do ente federado	0	0	0,00%
ederado divulga relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de	0,0		0,00%
ormaço recebidos, atendidos ou indeferidos?			
		0	
do		0	
informações que são disponibilizadas no relatório:	2		2,00%
de pedidos		1	
e/ou percentual de pedidos de informação atendidos		1	
e/ou percentual de pedidos de informação indeferidos		0	

14. O ente federado publica na internet alguma relação das bases de dados abertos do município (catálogo/inventário de dados abertos)?	0,5		0,50%
a) Sim		0,5	
b) Não localizado			
TRANSPARÊNCIA PASSIVA	50,0		
1. No site do ente federado existe indicação precisa do funcionamento de um SIC físico, isto é, com a possibilidade de entrega de um pedido de informação de forma presencial?	0,0		0,00%
Sim		0	
Não localizado		0	
1a. Quais informações sobre o SIC físico são disponibilizadas?	3,0		3,00%
Endereço		1	
Telefone		1	
Horário de atendimento		1	
2. Existe alternativa de envio de pedidos de acesso à informação de forma eletrônica?	6,0		6,00%
Sim, há sistema ou formulário para envio		6	
Sim, há um e-mail divulgado para envio dos pedidos		4	
Não está funcionando, está fora do ar ou não foi localizado		0	
2a. Indique o link para acesso ao SIC eletrônico:	0	0	0,00%
3. Para fazer o pedido de informação de forma eletrônica são feitas exigências que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação?	4,0		4,00%
Sim		0	
Não		4	
3a. Indique as exigências encontradas	0		0,00%
Envio de qualquer documento para cadastro		0	
Declaração de responsabilidade		0	
Maioridade		0	
Anexar formulário digitalizado/assinado		0	
Assinatura reconhecida		0	
Exigência de motivação/justificativa do pedido		0	
Solicitação do nome da mãe do requerente		0	
Uso de captcha em outro idioma		0	
Exigência de que o endereço do solicitante seja da localidade avaliada		0	
Outros		0	
4. O pedido 1 (Solicito informar o valor dos recursos federais transferidos ao município/estado por meio do Fundo de Participação dos Municípios/Estados no mês de março de 2018.) foi enviado com sucesso?	0		0,00%
Sim			
Não			
5. O ente federado respondeu ao pedido ao pedido 1?	0,5		0,50%
Sim		0,5	

Não		0	
5a. O pedido 1 foi respondido no prazo?	3		3,00%
Sim		3	
Não		0	
5b. O ente federado atendeu ao pedido, respondendo ao que se perguntou?	7		7,00%
Sim		7	
Não		0	
5c. Na resposta ao pedido 1, o ente federado comunica ao cidadão a possibilidade de recurso?	0,5		0,50%
Sim		0,5	
Não		0	
6. O pedido 2 (Olá! Gostaria de receber a ata ou outro documento de registro da realização de audiência pública para a elaboração da lei orçamentária de 2018) foi enviado com sucesso?	0		0,00%
Sim			
Não			
7. O ente federado respondeu ao pedido 2?	0,5		0,50%
Sim		0,5	
Não		0	
7a. O pedido 2 foi respondido no prazo	3		3,00%
Sim		3	
Não		0	
7b. O ente federado atendeu ao pedido, respondendo ao que se perguntou?	7		7,00%
Sim		7	
Não		0	
7c. Na resposta ao pedido 2, o ente federado comunica ao cidadão a possibilidade de recurso?	0,5		0,50%
Sim		0,5	
Não		0	
8. O pedido 3 (Por favor, solicito cópia do ato de nomeação dos membros do conselho municipal/estadual de saúde.) foi enviado com sucesso?	0		0,00%
Sim			
Não			
9. O ente federado respondeu ao pedido 3?	0,5		0,50%
Sim		0,5	
Não		0	
9a. O pedido 3 foi respondido no prazo?	3		3,00%
Sim		3	
Não		0	
9b. O ente federado atendeu ao pedido, respondendo ao que se perguntou?	7		7,00%
Sim		7	
Não		0	
9c. Na resposta ao pedido 3, o ente federado comunica ao cidadão a possibilidade de recurso?	0,5		0,50%
Sim		0,5	

Não		0	
-----	--	---	--